

**EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.993 - DF (2009/0092584-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EMBARGANTE** : **UNIÃO**  
**EMBARGADO** : **SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - ASSIBGE**  
**ADVOGADO** : **PAULO VINÍCIUS NASCIMENTO E OUTRO(S) - RJ013242**  
**INTERES.** : **CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA GOMES**  
**INTERES.** : **CARLOS SOUZA AMARO**  
**INTERES.** : **CÉLIO ROBERTO STANQUINI**  
**INTERES.** : **CLAUDIA ROSA AFONSO**  
**INTERES.** : **CLÁUDIO VIEIRA COELHO JÚNIOR**  
**INTERES.** : **CLÉBER GAMBOA MATTOS**  
**INTERES.** : **CLEIDE MARA FERREIRA DANTAS**  
**INTERES.** : **CLEISER CARDOSO CYPRIANO**  
**INTERES.** : **COSME COELHO DE BARROS**  
**INTERES.** : **CRISTÓVÃO GUIMARÃES**  
**INTERES.** : **DANILO CORREA SALES**  
**INTERES.** : **DENISE CRISPE SILVA**  
**INTERES.** : **DIVA DE SOUZA ALMEIDA**  
**INTERES.** : **EDJÂNIO CORREIA DE OLIVEIRA**  
**INTERES.** : **EDMILSON APARECIDO MOURO**  
**INTERES.** : **EDMILSON DE OLIVEIRA BAPTISTA**  
**INTERES.** : **EDNA DE LUCENA MOREIRA**  
**INTERES.** : **ELIANE MARIA DUARTE**  
**INTERES.** : **ELIANE XAVIER PORTUGAL**  
**INTERES.** : **ELPÍDIO BELO DE SOUZA**  
**INTERES.** : **ENIR FRANCISCO DA SILVA**  
**INTERES.** : **FERNANDO BIZZOTTO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos à execução ajuizados pela União, em face da execução do acórdão proferido nos autos do MS n. 7.993/DF, em que foi determinada a reintegração dos servidores anistiados aos seus cargos com todos os direitos e garantias a eles inerentes, com efeitos patrimoniais a partir da impetração do writ.

A embargada contestou refutando as alegações da parte embargante.

A decisão de fls. 246-251 rejeitou todas as questões preliminares arguidas na inicial destes embargos à execução, tendo transcorrido o prazo sem manifestação da embargante (fl. 260).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Resta pendente a apreciação do mérito, concernente a excesso de execução em decorrência de (a) utilização de base de cálculo diferente da informada pelo IBGE em relação a COSME COELHO DE BARROS, CRISTÓVÃO GUIMARÃES, EDIMILSON DE OLIVEIRA BAPTISTA e ENIR FRANCISCO DA SILVA, e (b) não exclusão da substituída ELIANE MARIA DUARTE em razão de não ter atendido a convocação à época da reintegração (fls. 47-178 e 181-211).

Intimado a impugnar os embargos, no mérito o Sindicato ratificou os cálculos apresentados inicialmente em relação aos substituídos para os quais foi apresentada base de cálculo diferente e informou que a servidora ELIANE MARIA DUARTE "foi reintegrada, sem contudo ser incluída no sistema de controle de pessoal".

Pugnou pela expedição das requisições de valor incontroverso e ao final requereu a condenação da UNIÃO aos ônus da sucumbência.

A Coordenadoria de Execução Judicial apresentou o parecer e cálculos de fls. 267-295.

É o relatório.

Decido.

Passo à análise dos pontos controversos.

## **BASE DE CÁLCULO**

O setor de pessoal do órgão de origem dos substituídos é quem detém o conhecimento de regras e legislação específicas acerca da evolução funcional.

Assim, em relação àqueles para os quais houve divergência entre a base de cálculo apresentada na inicial da execução e a apresentada pelo IBGE, devem ser considerados os valores mensais informados pela autarquia, uma vez que foram apurados de acordo com a evolução funcional do cargo/classe/padrão simulada desde a data do desligamento até o efetivo retorno ao serviço (julho/2007, em regra).

Nesse sentido, corretos os cálculos da CEJU.

## **SERVIDORA QUE NÃO ATENDEU À CONVOCAÇÃO**

ELIANE MARIA DUARTE, mesmo convocada, por questões pessoais não retornou ao serviço público. Afirma que "tem tentado junto ao IBGE o seu retorno e o cumprimento do julgado, independentemente do direito ao recebimento dos valores atrasados a que tem direito" (fl. 243).

Diante da confirmação da parte de que o retorno não se deu por estar morando na Alemanha, tenho por cumprida a obrigação da parte requerida, e os atrasados devidos para esta servidora deverão ser limitados à data da primeira convocação (24/07/2007 - fl. 64).

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução para determinar que o cálculo dos valores devidos seja liquidado da seguinte forma:

	Parâmetro
Base de Cálculo do Principal	- Valores totais apurados pelo exequente, obtidos nas planilhas de cálculo de fls. 54-120 da execução conexa, para aqueles substituídos com os quais a UNIÃO concordou com os valores executados  - Valores de remuneração mensais informados pelo IBGE para os demais substituídos
Período de Incidência	- De 11/10/2001 (data de impetração do mandado de segurança) à data de reintegração de cada substituído
Descontos Incidentes	IR, inclusive sobre os juros, e PSS
Índice de Correção Monetária:	IPCA-E, com ressalvas abaixo
Termo Inicial da Correção Monetária:	Cada vencimento
Termo final da Correção Monetária:	Efetivo pagamento do precatório
Índice de juros a serem aplicados:	- 1%, nos termos do art. 3º, Decreto-Lei 2322/87 até 26/08/01  - 0,5% a.m. até junho/2009, nos termos da MP 2.180/01 - Poupança a partir de julho/09.
Termo inicial dos juros:	Cada vencimento
Termo final dos juros:	Notificação da autoridade coatora

**Determino a expedição das requisições de pagamento, exceto em relação a ELIANE MARIA DUARTE, com destaque dos honorários advocatícios, caso a documentação esteja regular.**

Esclareço que, por cautela, a expedição dos precatórios deve se dar pela TR, tendo em vista que ainda não foi finalizado o julgamento do RE 870.947, ficando ressalvada a possibilidade de expedição de requisitórios de valor complementar a depender do resultado do julgamento do recurso extraordinário.

Caso antes do cumprimento desta decisão ocorra o trânsito em julgado, deverá ser observado o índice de correção monetária que restar definido pelo STF.

**Intime-se a embargante para se manifestar especificamente quanto aos cálculos relativos à ELIANE MARIA DUARTE, apresentados pela CEJU à fl. 291. Não havendo oposição, expeça-se o respectivo precatório.**

Condeno a embargante ao pagamento de honorários fixados em 8% sobre o valor remanescente decorrente do cálculo, considerando que impugnou

# *Superior Tribunal de Justiça*

a execução por completo (art. 85, § 3º, II, do CPC).

Condeno a parte embargada ao pagamento de honorários fixados em 8% sobre o valor que for reduzido entre o cálculo inicial apresentado e o cálculo decorrente da liquidação do presente julgado (art. 85, § 3º, II, do CPC).

**Intime-se a embargada a fim de esclarecer a divergência de nome em relação à substituída ELIANE MARIA DUARTE e para informar a data de nascimento de todos os substituídos.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Presidente da Seção